

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

REAIS

Considera-se de boa-fé a posse

- a) desde que não seja violenta, clandestina ou precária.
- ~~b)~~ se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo, que impede a aquisição da coisa.
- c) de quem possui justo título, porque, neste caso, a seu favor milita presunção absoluta.
- d) somente de quem ostenta título de domínio.
- e) apenas de quem recolhe os tributos incidentes sobre a coisa.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

REAIS

A posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de algum direito:

A) pessoal ou real anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, não podendo, porém, defender sua posse contra o que teve posse direta.

B) real não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, mas esse mesmo direito não terá, se a posse direta advier de direito pessoal.

~~C) pessoal ou real não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.~~

D) pessoal não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, mas esse mesmo direito não terá se a posse direta advier de direito real.

E) pessoal ou real anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, bem como defender a sua posse contra o que teve posse direta.

Considere as seguintes afirmações a respeito do direito de propriedade:

I . A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, jazidas e minas, mas excluídos os monumentos arqueológicos.

II . São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar a outrem.

III . O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

IV . A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

V. Somente pode reivindicar a coisa o proprietário que, ao ser dela privado, estivesse na sua posse direta.

Estão corretas as afirmações

a) I, II e III.

b) I, III e V.

c) I, IV e V.

~~d) II, III e IV.~~

e) II, III e V.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

REAIS

A propriedade do solo:

A) abrange a do subsolo apenas para explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que não submetidos a transformação industrial.

~~B)~~ abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.

C) não abrange a do subsolo, por isso o proprietário não pode opor-se a atividades que sejam realizadas por terceiros no subsolo, ainda que tenha interesse em impedi-las.

D) não abrange a do espaço aéreo, mas abrange a do subsolo.

E) não abrange a do espaço aéreo e o subsolo correspondentes, em qualquer altura ou profundidade, mesmo que úteis ao seu exercício, podendo, entretanto, obter autorização administrativa para sua utilização, desde que não prejudique terceiros ou o interesse público.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

REAIS

João X, que se estabelecera em um terreno abandonado havia um (01) ano e nele construía um casebre, foi surpreendido com a citação para defender-se em ação de reintegração de posse, movida por José Y, que alegava e provava ter adquirido o imóvel, conforme escritura de compra e venda devidamente registrada, três (03) anos atrás. A ação possessória deverá ser julgada:

- A) procedente, mas João X terá direito à retenção do imóvel, enquanto não for indenizado da construção.
- B) procedente, mas João X deverá ser indenizado da construção, se possuidor de boa-fé, mas sem direito de retenção.
- C) improcedente e José Y ficará impedido de ajuizar ação reivindicatória.
- D) procedente, porque o registro da escritura de compra e venda torna o negócio oponível a terceiros e, por isso, a posse de João X é injusta.
- ~~E) improcedente, mas José Y não ficará inibido de ajuizar ação reivindicatória.~~

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

REAIS

No condomínio edilício, cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio na proporção:

- A) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados, ou não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até dez por cento sobre o débito.
- B) das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- C) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- D) de suas frações ideais, não podendo a convenção estabelecer outro critério de cobrança, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- E) das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até vinte por cento sobre o débito.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

REAIS

Um agricultor encontrou um carneiro perdido depois de evadir do aprisco e recusando-se as autoridades a abrigá-lo, passou a alimentá-lo e dele cuidar. Passados seis meses, o dono, descobrindo seu paradeiro, foi buscá-lo, sendo-lhe imediatamente entregue, porém cobrado das despesas comprovadamente realizadas, por quem o encontrara. Nesse caso, o dono do carneiro:

- A) apenas terá de pagar uma recompensa a seu critério, mas não as despesas.
- B) nada terá de pagar ao agricultor, porque a hipótese configura obrigação natural, cujo ressarcimento não pode ser coercitivamente exigido.
- C) deverá ressarcir o agricultor das despesas que teve, porque houve gestão de negócio, que não se presume gratuita.
- ~~D) deverá pagar ao agricultor as despesas que teve, e este poderá cobrá-las com fundamento na vedação de enriquecimento sem causa.~~
- E) só terá de ressarcir o agricultor, se houver feito publicamente promessa de recompensa.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

REAIS

O usufruto pode recair:

- A) apenas sobre imóveis urbanos, tendo o usufrutuário o direito de neles habitar, administrá-los e perceber os frutos, não podendo, porém, ceder o seu exercício.
- B) sobre bens móveis ou imóveis, devendo o usufrutuário deles utilizar, não podendo alugá-los ou emprestá-los.
- C) apenas sobre um ou mais bens, móveis ou imóveis, abrangendo-lhe os frutos e utilidades, mas não pode recair em um patrimônio inteiro.
- ~~D) em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.~~
- E) em um ou mais bens, móveis ou imóveis, dependendo no caso de imóveis, de registro e pode ser transferido por alienação, a título gratuito ou oneroso.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

REAIS

O instrumento do penhor deverá:

- A) mencionar o valor do crédito, sua estimação ou valor máximo; não poderá, entretanto, fixar taxa de juros.
- B) observar necessariamente a forma de escritura pública, quando se tratar de penhor rural.
- C) em qualquer de suas modalidades ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos, por dizer respeito a garantia real com bens móveis.
- ~~D) ser levado a registro, no caso de penhor comum no Cartório de Títulos e Documentos e, no caso de penhor rural, no Cartório de Registo de Imóveis da circunscrição em que estiverem situadas as coisas empenhadas.~~
- E) identificar o bem dado em garantia com as suas especificações e o valor mínimo do crédito concedido.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

REAIS

Considere as seguintes afirmações sobre a hipoteca:

I . É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

II . O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia.

III . A hipoteca é garantia real que tem por objeto coisa imóvel, não podendo ser hipotecados quaisquer bens naturalmente móveis.

IV . É nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga, no vencimento, mas após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.

V. O herdeiro do devedor não pode remir parcialmente a hipoteca na proporção de seu quinhão, mas pode fazê-lo no todo.

Estão corretas as afirmações

A) I, III e IV .

~~B) I, IV e V.~~

C) II, III e IV .

D) II, III e V.

E) III, IV e V.

JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

REAIS

Existindo, no loteamento urbano, restrições convencionais constantes do registro imobiliário:

- a) são obrigatórias apenas para os que adquirirem os lotes do loteador, não obrigando os sucessores a título singular ou universal dos primitivos adquirentes.
- b) desde que não tiverem sido vendidos todos os lotes, o loteador e os vizinhos serão partes legítimas para mover ação destinada a impedir construção em desacordo com aquelas restrições.
- c) depois de vendidos todos os lotes, somente os vizinhos poderão mover ação destinada a impedir construção em desacordo com aquelas restrições.
- ~~d)~~ o loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, é parte legítima para mover ação destinada a impedir construção em desacordo com aquelas restrições.
- e) não prevalecerão, depois de vendidos todos os lotes, salvo se idênticas restrições constarem das leis e regulamentos municipais.